

## Jacqueline de Souza Alves da Silva

---

**De:** Presidência  
**Enviado em:** sexta-feira, 13 de maio de 2022 15:37  
**Para:** Jacqueline de Souza Alves da Silva  
**Assunto:** ENC: CLTPJ - REQUERIMENTO - JUNTAR MANIFESTAÇÃO AO PL N.º 6.204/2019  
**Anexos:** Documento CLTPJ brasil.pdf

---

**De:** Malone Cunha - UIHJ [mailto:m.cunha@uihj.com]  
**Enviada em:** sexta-feira, 13 de maio de 2022 15:06  
**Para:** Presidência <presidente@senado.leg.br>; Sen. Marcos Rogério <sen.marcosrogerio@senado.leg.br>; Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>  
**Assunto:** CLTPJ - REQUERIMENTO - JUNTAR MANIFESTAÇÃO AO PL N.º 6.204/2019

Algumas pessoas que receberam esta mensagem não costumam receber emails de [m.cunha@uihj.com](mailto:m.cunha@uihj.com). [Saiba por que isso é importante](#)

Exmo. Sr. Senador Presidente do Senado Federal do Brasil,  
 Exmo. Sr. Relator do PL 6.204/2019,

Por solicitação do Sr. Presidente da **CONFEDERACIÓN LATINOAMERICANA DE TRABAJADORES DEL PODER JUDICIAL - CLTPJ**, Ariel Pringles, encaminho documentos anexos para **JUNTAR MANIFESTAÇÃO AO PL N.º 6.204/2019**.

O documento em anexo é requerimento da entidade acerca do conteúdo e tramitação do PL 6.204/2019.

Atenciosamente.

**Malone Cunha**

Member of the board



6, Place du Colonel Fabien 75019 Paris

☎ +33 (0)1 42 40 89 48

✉ [m.cunha@uihj.com](mailto:m.cunha@uihj.com)

[www.uihj.com](http://www.uihj.com)



## CONFEDERACIÓN LATINOAMERICANA DE TRABAJADORES DEL PODER JUDICIAL

### CLTPJ

*"Para nosotros la Patria es América"*  
Simón Bolívar



Buenos Aires, 12 de Mayo 2022

Exmo. Sr. Presidente

do Senado Federal do Brasil,

---

A CONFEDERAÇÃO LATINOAMERICANA DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO – CLTPJ vem, por seu presidente que esta assina, manifestar sua preocupação com Projeto de Lei n.º 6.204/2019, que tramita no Senado Federal do Brasil, de autoria da Senadora Soraya Thronicke e de relatoria do Senador Marcos Rogério. O Projeto objetiva implementar no Brasil a chamada “*Desjudicialização da Execução Judicial e Extrajudicial*”, retirando a competência de execução do Poder Judiciário e seus servidores e repassando aos cartórios de tabeliães de notas.

Sr. Presidente, quais serão as atribuições de 35.000 oficiais de justiça no Brasil?

Sr. Presidente, quais serão as atribuições dos servidores do Poder Judiciário atuantes na execução?

Sr. Presidente, privatizar a execução não é a solução. Se aos tabeliães de notas a Justiça pode ser sinônimo de morosidade, à sociedade, os cartórios podem ser sinônimo de burocracia e privatização de atribuições de poder que só fazem sentido existir nas mãos do Judiciário.

Pior cenário é criar dois sistemas de execução, pelo Judiciário e pelo tabelionato, o que resulta em criar duas justiças. Como estará atendida a população de baixa renda do Brasil?

Sr. Presidente, quando um ato de execução judicial é retirado de um oficial de justiça e entregue a um tabelião, quem passará a ter contato com a população não será mais um agente público concursado do Poder Judiciário, mas um subdelegado. O tabelião de notas não fará citações, intimações e penhoras. O tabelião de notas estará em seus cartórios. O cumpridor da ordem será terceira pessoa, por ele contratada, não concursada, com remuneração consideravelmente inferior ao do agente público, e, sejamos francos, afastada dos olhos do Estado em seu dia a dia.

Por justiça social, por igualdade social, por transparência, por maturidade do debate, Exmo. Sr. Presidente, a CONFEDERAÇÃO LATINOAMERICANA DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO REQUER QUE O PROJETO DE LEI N.º 6.204/2019 SIGA PARA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. A América Latina acompanha.

Atenciosamente.



**Ariel Pringles**

Presidente de la CLTPJ



SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO Nº 39/2022 – ATRSGM

Juntem-se à página oficial de tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas das manifestações externas contidas nos documentos abaixo listados:

1. PL 3723/2019 (encontra-se na CCJ) – Documento SIGAD nº 00100.047353/2022-69;
2. PL 3723/2019 (encontra-se na CCJ) – Documento SIGAD nº 00100.048952/2022-08;
3. PL 3723/2019 (encontra-se na CCJ) – Documento SIGAD nº 00100.050799/2022-71;
4. PL 3723/2019 (encontra-se na CCJ) – Documento SIGAD nº 00100.051666/2022-11;
5. PL 3723/2019 (encontra-se na CCJ) – Documento SIGAD nº 00100.057331/2022-15;
6. VET 18/2022 (encontra-se na SLCN) – Documento SIGAD nº 00100.048653/2022-65;
7. PL 6204/2019 (encontra-se na CCJ) – Documento SIGAD nº 00100.054905/2022-95;
8. PL 6204/2019 (encontra-se na CCJ) – Documento SIGAD nº 00100.055440/2022-90;
9. PL 591/2021 (encontra-se na CAE) – Documento SIGAD nº 00100.055838/2022-26;



10. PL 3660/2021 – Documento SIGAD nº 00100.046577/2022-53;
11. PEC 9/2022 – Documento SIGAD nº 00100.050811/2022-47;
12. PEC 9/2022 – Documento SIGAD nº 00100.051888/2022-34;
13. PDL 27/2022 – Documento SIGAD nº 00100.051157/2022-99;
14. PL 2564/2020 – Documento SIGAD nº 00100.051655/2022-31;
15. PL 2564/2020 – Documento SIGAD nº 00100.056810/2022-14;
16. PL 2564/2020 – Documento SIGAD nº 00100.057027/2022-60;
17. PL 5284/2020 – Documento SIGAD nº 00100.052153/2022-28;
18. PL 5284/2020 – Documento SIGAD nº 00100.052165/2022-52;
19. PL 401/2019 – Documento SIGAD nº 00100.052273/2022-25;
20. PLP 4/2022 – Documento SIGAD nº 00100.053975/2022-26;
21. PLP 4/2022 – Documento SIGAD nº 00100.056388/2022-99;
22. MPV 1116/2022 – Documento SIGAD nº 00100.054249/2022-21;
23. MPV 1089/2021 – Documento SIGAD nº 00100.054258/2022-11;
24. SCD 6/2016 – Documento SIGAD nº 00100.054964/2022-63;
25. PL 1360/2021 – Documento SIGAD nº 00100.056131/2022-37;
26. PLS 214/2015 – Documento SIGAD nº 00100.056147/2022-40;
27. PEC 63/2013 – Documento SIGAD nº 00100.056298/2022-06;
28. PEC 11/2022 – Documento SIGAD nº 00100.056615/2022-86;
29. PL 1231/2022 – Documento SIGAD nº 00100.056813/2022-40;
30. PLC 153/2017 – Documento SIGAD nº 00100.057030/2022-83.

Encaminhem-se a cada comissão as cópias eletrônicas das manifestações externas contidas nos documentos abaixo listados:

1. CTFC – Documento SIGAD nº 00100.047581/2022-39 (VIA 001);
2. CTFC – Documento SIGAD nº 00100.047928/2022-43 (VIA 001);
3. CAS – Documento SIGAD nº 00100.052580/2022-14;



4. CI – Documento SIGAD nº 00100.056802/2022-60.

Secretaria-Geral da Mesa, 20 de maio de 2022.

*(assinado digitalmente)*

**JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS**

Secretário-Geral da Mesa Adjunto

